

O desafio dos parques nacionais

FOTOS DE MARCELO PIU



Rio Negro. Formado por 400 ilhas, Anavilhanas é o segundo maior arquipélago fluvial do mundo. A unidade de conservação virou parque em 2008, mas até agora as restrições oficiais à entrada de turistas permanecem

ARQUIPÉLAGO PERDIDO NA IMENSIDÃO

APENAS DOIS FISCAIS atendem visitantes das Anavilhanas, cartão-postal da Amazônia

RENATO GRANDELLE

Enviado especial
renato.grandelle@oglobo.com.br

-NOVO AIRÃO (AM)- Cartão-postal das belezas da Amazônia e segundo maior arquipélago fluvial do mundo, as Anavilhanas são um mar de contradições. Com 30% de sua área em Manaus, uma das cidades-sede da Copa do Mundo (os outros 70% estão em Novo Airão), a unidade foi eleita a representante amazônica do Programa Parques da Copa. Mas, segundo um plano de manejo concebido em 1999, na época em que a unidade ainda era uma estação ecológica, o acesso às 400 ilhas, na entrada do Rio Negro, seria permitido só a pesquisadores que preenchissem um formulário solicitando a visita e informando seu propósito. A determinação ainda vigora, a despeito de as Anavilhanas terem se tornado parque em 2008 e de a própria administração do parque querer derrubá-la.

A medida ignorou o fato que os 350 mil hectares do parque servem como hidrovía para entrada na Amazônia. Controlar o seu ingresso é praticamente impossível. Segundo uma estimativa feita com dados fornecidos por operadoras de turismo, 30 mil visitantes passariam anualmente pelo arquipélago.

Com a transformação em parque, em tese qualquer visitante pode navegar entre suas ilhas. Só falta mudar a legis-

lação — algo que não deve ocorrer tão cedo.

— Temos apenas uma portaria que autoriza temporariamente a visitação a certos pontos das Anavilhanas — explica Priscila Santos, chefe do parque. — E recebemos somente R\$ 800 mil anuais, boa parte vai para a manutenção das lanchas, por exemplo. Se conseguíssemos autorização para cobrar ingressos, teríamos recursos para elaborar um plano que permita o uso público da unidade.

A administração do parque também quer regulamentar as mais de 60 comunidades indígenas e ribeirinhas estabelecidas há séculos nas margens do Rio Negro. Todas teriam que concordar com um termo de compromisso sobre a pesca de subsistência. Este documento detalharia que espécies de peixe podem ser retiradas da água, em que quantidade e em qual período do ano.

— Quando esta unidade de conservação foi criada, ninguém lembrou dos índios — reconhece Priscila. — Agora, queremos regulamentar a pesca e resolver um conflito histórico. Afinal, quando estas pessoas entram no rio, estão dentro de nossos limites.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), então, informaria às comunidades que espécies podem ser capturadas em cada estação. A missão parece inviável devi-

Sobe e desce



É um dos poucos parques nacionais sem problemas fundiários



A legislação já ultrapassada atrapalha a captação de investimentos no ecoturismo



Boto cor-de-rosa.

A espécie é um dos símbolos do parque. Sua alimentação é acompanhada por turistas

do ao isolamento de algumas comunidades indígenas. Um exemplo é Conceição Cordeira Pedrosa, de 64 anos, do povo tucano. Ela sequer sabe quem é a presidente da República.

— Saímos de São Gabriel da Cachoeira (a 700 km de distância) porque lá não tinha mais peixe — lembra a índia, que vive com o marido e três filhos. — Era difícil sobreviver. Aqui estamos bem, pescamos o que precisamos, gostamos de ficar sozinhos.

Priscila também está quase solitária. Apenas ela e outro analista são responsáveis pela fiscalização de todo o parque. À frente da unidade de conservação, eles já flagraram até policiais militares traficando animais silvestres. Entre as outras atividades ilegais frequentemente registradas estão a caça e a extração de madeira e de areia dos rios.

Macacos noturnos.

Os hábitos destes primatas fazem com que os turistas tenham dificuldade em encontrá-los



TURISTAS DESORIENTADOS

Anavilhanas divide, com outros três parques, a mesma sede — uma pequena casa em Novo Airão. O estabelecimento precisa de reformas, o alojamento cheira a mofo e as bases avançadas de fiscalização são precárias. Não há infraestrutura para receber turistas, como um centro de visitantes, uma torre de observação e a sinalização de áreas de reprodução de espécies.

— A demanda só aumenta, porque o turista que chega a Manaus quer ver a natureza, e não a cidade — argumenta Priscila. — Os impactos são maiores em Anavilhanas, porque esta é a unidade de conservação mais próxima da capital do Amazonas. Ter apenas duas pessoas para administrar um arquipélago deste tamanho é uma indecência.

Coordenador de projetos do Instituto de Pesquisas Ecológicas — que atua nos biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado —, Marco Antônio Lima recomenda que os gestores do parque busquem outras formas para consolidar Anavilhanas como polo turístico.

— Cobrar ingresso não adianta, porque há numerosas entradas. Além disso, o dinheiro vai para um caixa único, e é distribuído entre outras unidades de conservação — lembra. — Outro problema é que o parque é tão grande, que o turista fica desorientado e não consegue ver animais. Se houvesse um guia, preferencialmente bilingue, o visitante teria as informações necessárias.

Para Lima, a unidade também deve procurar parcerias com a iniciativa privada e criar projetos que atraíssem financiadores estrangeiros:

— Mas, considerando que só dois funcionários são responsáveis pelo parque inteiro, eles já fazem milagre. ●

Diversidade.

Menina da comunidade Tiririca, às margens do Rio Negro, dá colo a uma preguiça



ENQUANTO ISSO NO PERU...

VOO DIRETO, ALBERGUES E GUIAS NA FLORESTA PERUANA

FLÁVIA MILHORANCE

flavia.milhorance@oglobo.com.br

Um voo de 30 minutos faz o trajeto de Cusco a Bocamayu, a porta de entrada do Parque Nacional de Manu, no Peru, área de 1,5 milhão de hectares, declarada Patrimônio Mundial pela Unesco. O serviço surgiu de conversas do setor privado com a direção local para facilitar o traslado do turista rumo

às belezas da Amazônia peruana, região semelhante à brasileira pela biodiversidade, não pela infraestrutura.

Dentro do parque, há nove opções de alojamentos, num modelo concessionado bem-sucedido em outros países. O deslucamento, organizado por meio de agências, também pode ser feito de barco ou carro. O plano de uso turístico, um documento de 500 páginas

disponível na internet, dá detalhes do impacto ambiental, do perfil do visitante, do treinamento de guias, dos sete postos de apoio, entre outros.

O governo peruano investe por ano cerca de 1,2 milhões de soles (cerca de R\$ 980 mil), o que representa 80% do total. Outra parte vem de organizações internacionais e do valor da entrada, que varia de 10 a 150 soles (R\$ 8 a R\$ 120).

Trinta e seis funcionários, além de 12 voluntários, se encarregam da manutenção. Número que o diretor do parque, José Carlos Nieto Navarrete, gostaria que fosse maior, mas que se orgulha de ser composto principalmente de moradores locais.

— Os moradores enxergam o parque como potencial gerador de renda, mas que, para isto, é preciso conservá-lo — diz

Navarrete, que quer aumentar o número de visitantes, hoje restrito a 2.500 anuais, com campanhas publicitárias. — As pessoas não devem achar que é um espaço intocável. Elas precisam ver sua utilidade para a educação, o turismo, a população, e é possível fazer isto de maneira sustentável.

O parque peruano consegue conciliar a visitação à existência, nas proximidades, de tri-

bos indígenas ainda não contactadas. Na floresta amazônica de Manu há 800 espécies de aves, 200 de mamíferos e 1.147 de plantas catalogadas. ●

► SÉRIE: O DESAFIO DOS PARQUES NACIONAIS

AMANHÃ
Perda bilionária para setor turístico